

Da esperança ao conflito: desigualdade no acesso à água pelos trabalhadores rurais reassentados pela transposição do rio São Francisco no estado de Pernambuco — Brasil¹

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva ²

Resumo

A transposição do rio São Francisco prevê o acesso à água para uma população estimada em 12 milhões de pessoas na região semiárida do nordeste brasileiro. Uma parcela da população atingida por esse projeto é também potencialmente beneficiária do mesmo. Referimo-nos aqui aos agricultores reassentados em Vilas Produtivas Rurais (VPR), pelo Projeto Básico Ambiental (PBA), que visou reassentar os agricultores (proprietários ou não) atingidos ao longo das margens dos dois canais da transposição (Eixo Norte e Eixo Leste). Nosso estudo analisa um fenômeno socioambiental complexo ligado a uma política pública compensatória focada no reassentamento de populações atingidas, expropriadas e potencialmente beneficiárias do projeto de transposição em oito vilas pertencentes ao estado de Pernambuco. Trata-se de uma análise da situação das famílias reassentadas, como se dá o acesso dessas famílias à água e conseqüentemente a reprodução econômica e social da população envolvida.

Palavras-Chave: Conflito, Agricultores, Água, Rio São Francisco.

¹ Este artigo foi elaborado com base em dados obtidos durante a pesquisa “Desigualdades no acesso à água: um estudo sobre as Vilas Produtivas Rurais do sertão pernambucano” desenvolvida durante o Pós-Doutorado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), supervisionado pela Profa. Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde. Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, através da Bolsa Modalidade Pós-Doutorado Júnior/ CNPQ – Processo 167517/2017-1.

² Possui graduação em Ciências Sociais (UNESP-Araraquara), Mestrado em Sociologia e Doutorado em Ciências Sociais ambos pela UNICAMP, especialização em Direitos Humanos (Universidade de Coimbra – Portugal). Realizou Pós-Doutorado (PDJ/CNPq) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social com pesquisa vinculada ao Observatório de Desigualdades e Políticas Públicas – ODEPP (UFPE/UNESP/UC-PT). Atua no campo da pesquisa nas áreas da Sociologia Ambiental e Sociologia Rural com enfoque na questão da água. Atualmente é Profa. Visitante de Sociologia no Instituto Federal do Rio Grande do Norte. | acborges@outlook.com.br



Resumen

El trasvase del río São Francisco proporciona acceso al agua a una población estimada de 12 millones de personas en la región semiárida del noreste de Brasil. Una parte de la población alcanzada por este proyecto también es potencialmente su beneficiario. Nos referimos aquí a los campesinos reasentados en Aldeas Rurales Productivas (VPR), por el proyecto Ambiental Básico, que tuvo como objetivo el reasentamiento de los campesinos (propietarios o no) afectados a lo largo de las márgenes de los dos canales de transposición (Eje Norte y Eje Este). Nuestro estudio analiza un fenómeno socioambiental complejo vinculado a una política pública compensatoria centrada en el reasentamiento de poblaciones afectadas, expropiadas y potencialmente beneficiarias del proyecto de transposición en ocho aldeas pertenecientes al Estado de Pernambuco. Es un análisis de la situación de las familias reasentadas, cómo estas familias tienen acceso al agua y, en consecuencia, la reproducción económica y social de la población involucrada.

Palabras clave: Conflicto, Campesinos, Agua, Río São Francisco.

Abstract

The transfer of the São Francisco River provides access to water for an estimated population of 12 million people in the semi-arid region of northeastern Brazil. A portion of the population reached by this project is also potentially its beneficiary. We refer here to the farmers resettled in Rural Productive Villages, by the Basic Environmental Project, which aimed to resettle the farmers (owners or not) affected along the banks of the two transposition channels (North Axis and East Axis). Our study analyzes a complex socio-environmental phenomenon linked to a compensatory public policy focused on the resettlement of affected, expropriated, and potentially beneficiary populations of the transposition project in eight villages belonging to the State of Pernambuco. It is an analysis of the situation of resettled families, how these families have access to water, and, consequently, the economic and social reproduction of the population involved.

Keywords: Conflict, Peasants, Water, São Francisco River.

Introdução

O polêmico projeto de transposição do rio São Francisco prevê o acesso à água para uma população estimada em 12 milhões de pessoas na região semiárida do nordeste brasileiro. Podemos verificar que uma parcela da população atingida por esse projeto, é também potencialmente beneficiária do mesmo. Referimo-nos aos agricultores reassentados em Vilas Produtivas Rurais (VPR), pelo Projeto Básico Ambiental (PBA), programa de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional que reassentou agricultores (proprietários ou não) atingidos pela construção da transposição



(canais, diques, represas, estações de bombeamento) ao longo das margens dos dois canais da transposição (Eixo Norte e Eixo Leste). São ao todo 18 Vilas Produtivas Rurais distribuídas entre os estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba.

A maior parte das propriedades atingidas e famílias residentes nas áreas desapropriadas, assim como as primeiras vilas implantadas encontram-se no sertão pernambucano. Delimitamos nosso estudo a analisar um fenômeno socioambiental complexo ligado a uma política pública compensatória focada no reassentamento de populações atingidas, expropriadas e potencialmente beneficiárias do projeto de transposição do rio São Francisco nas oito vilas pertencentes ao estado de Pernambuco. Trata-se de analisar a situação das famílias reassentadas, como se dá o acesso dessas famílias à água e conseqüentemente a reprodução econômica e social da população envolvida. Para a realização da pesquisa, que é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, realizamos trabalho de campo nas VPRs de Pernambuco a partir da aplicação de questionário objetivo e da realização de entrevistas semiestruturadas com as lideranças de cada Vila.

As Vilas Produtivas Rurais foram criadas por meio de uma das políticas compensatórias vinculadas ao Projeto de transposição das águas do rio São Francisco³, o Programa de Reassentamento das Populações (PBA08), implementado pelo Ministério da Integração Nacional. Este programa consiste em aplicar medidas que amenizem os impactos causados aos trabalhadores rurais atingidos pela construção dos canais e reservatórios da transposição do rio São Francisco, por meio do deslocamento dessa população de suas áreas de moradia e trabalho para as Vilas.

Compreendemos que a seca não é o principal elemento gerador das desigualdades na região semiárida e que são os interesses políticos que fomentam esse discurso naturalizador da desigualdade. Na realidade observamos de forma empírica, que o problema das desigualdades sociais

³ O Ministério da Integração Nacional designou várias denominações para o Projeto de Transposição das águas do rio São Francisco – termo utilizado pelos estudiosos e movimentos sociais críticos ao projeto-, chamado inicialmente como Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, também foi denominado Projeto São Francisco e atualmente é chamado de Projeto de Integração do rio São Francisco. Além das construção da infraestrutura para deslocar as águas do rio São Francisco para áreas externas ao alcance da sua bacia, o MI considera todas as ações compensatórias executadas em função das obras, parte fundamental do projeto de transposição.



está na má distribuição e na dificuldade ao acesso da água na região e não sua escassez, pois a população atingida pela obra e que seria potencialmente beneficiária da mesma encontra-se em situação de dificuldade no acesso mesmo estando muito próxima a fontes de água em abundância.

Esses agricultores reassentados convivem historicamente com uma realidade de restrição à água desde o abastecimento humano, a dessedentação animal e principalmente para o desenvolvimento da agricultura. Nesse contexto, o programa de reassentamento, despertou nos agricultores a expectativa de superar um ciclo de dependência (indústria da seca⁴) estabelecido ao longo de gerações. Entretanto, nossa pesquisa desvendou uma realidade com uma série de problemas e contradições, principalmente no que diz respeito a quantidade e a qualidade da água disponível e o surgimento de conflitos entre os moradores das vilas. Nesse aspecto, a perspectiva de uma mudança nas condições de acesso à água, se transformou no estabelecimento de uma nova dinâmica socioambiental que

⁴ Compreendemos a indústria da seca como um fenômeno político, em que uma minoria detentora de capital e poder se utiliza da seca para benefício próprio, no sentido de que, por um lado, empresários dessa região fazem captação de água nos rios e a vendem por meio de caminhão-pipa, por outro lado, grupos políticos, ao fazerem doações de caminhão-pipa à população que não tem acesso à água, estabelecem uma relação de dívida, em que os “favorecidos”, para retribuir à “benevolência” desses políticos passam a ser seus eleitores. Esse fenômeno faz parte da prática clientelista remanescente da tradicional oligarquia dessa região. Além disso, segundo Andrade (1985), esses fazendeiros e comerciantes da região, os quais se beneficiam do flagelo da seca, também o fazem por muitas vezes adquirirem a preço baixo animais e propriedades daqueles que decidem migrar por não conseguirem sobreviver da agricultura e pecuária nos períodos de seca. Ademais, em tempos de seca, muitos investimentos públicos chegam à região e são aplicados em obras de infraestrutura que vão beneficiar as propriedades rurais desses fazendeiros. Com as frentes de emergência, ocorre a circulação de capital que vai alimentar o comércio local, beneficiando, portanto, os comerciantes. Nessa perspectiva, a seca é um problema para a população pobre, entretanto pode ser vista como benefício para os ricos. Em 1883, essa ideia recebe críticas do Prof. José Américo dos Santos, do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, que avaliou a obra como inviável. Entretanto, no primeiro decênio do século XX, no ano de 1913, o Prof. Clodomiro Pereira da Silva, da Escola Politécnica de São Paulo, defende a transposição como meio de assegurar uma oferta regular de água ao Semiárido nordestino, mas em 1913, o projeto é novamente criticado, dessa vez pelo Eng. Arrojado Lisboa, que, na época, era diretor da Inspeção Federal de Obras Contra a Seca – IFOCS [CAMPOS; STUDART, 2001].



não supera os velhos dilemas (indústria da seca, desigualdade, pobreza) e que coloca no centro da problemática a geração de novos conflitos somados às dificuldades no âmbito da organização política (comunitária) das vilas envolvidas. Todos esses elementos nos levam a compreender que a democratização do acesso à água, que garanta o direito das comunidades a obtenção permanente desse bem natural encontra-se distante de tornar-se realidade, o que podemos observar é um processo de desigualdade e exclusão que se perpetua entre a população do sertão nordestino.

Pressupostos sobre a problemática do acesso à água e as desigualdades geradas

Às desigualdades sociais contemporâneas incluem-se as desigualdades no acesso aos recursos naturais e, portanto, a possibilidade ou restrição da reprodução econômica e social dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, a dificuldade ou restrição no acesso aos recursos naturais desencadeia um processo de desigualdade social e econômica que compromete a sobrevivência de determinados grupos da sociedade, tais grupos são ao mesmo tempo, vulneráveis economicamente, socialmente e também ambientalmente.

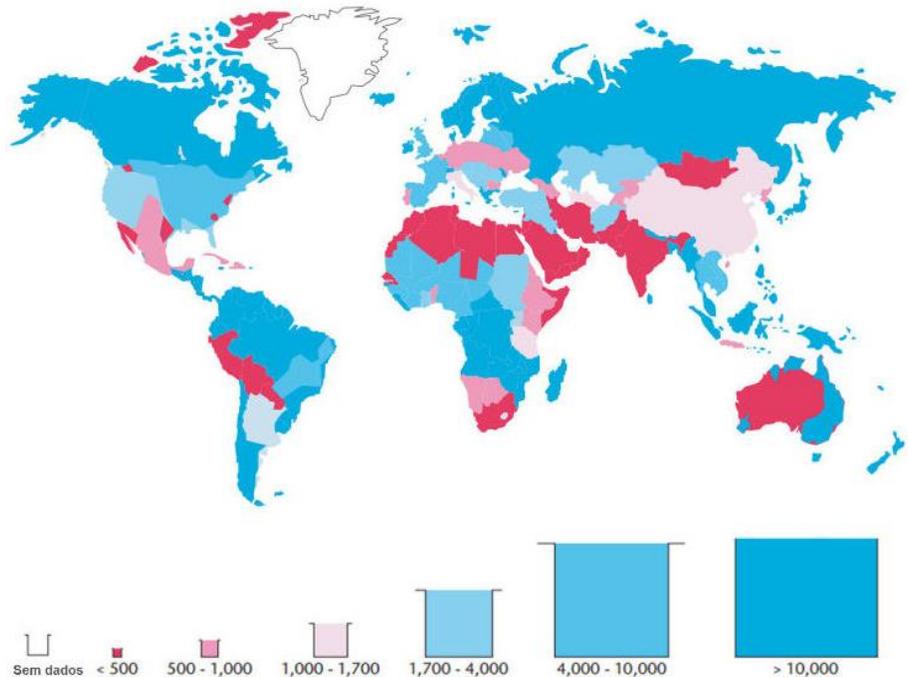
Dessa forma, compreendemos que a distribuição dos riscos e danos ambientais na sociedade capitalista é desigual, pois penalizam grupos sociais de baixa renda, além disso, os benefícios ambientais do desenvolvimento são distribuídos de forma desigual, de modo que os grupos sociais de alta renda possuem mais acesso do que os demais (ACSELRAD, 2010). Essa reflexão vem de encontro ao objeto estudado, pois estamos diante de uma realidade secular de concentração fundiária e desigualdade no acesso à água que gera violentos conflitos.

O debate sobre a questão da água está relacionado tanto à questão da limitação e escassez desse recurso natural quanto à dificuldade de acesso à água por parte da população mundial (SILVA, 2012), o que vem gerando diferentes disputas e conflitos desse recurso fundamental para a reprodução econômica e social das populações em diferentes locais do planeta. Apesar da limitação ou escassez da água ser um fato relevante, compreendemos que a centralidade do problema está na má distribuição desse recurso entre a população. Nesse sentido, verifica-se que a dificuldade no acesso à água é maior para a população mundial com menos recursos econômicos.



Na imagem abaixo podemos observar a disponibilidade de água per capita pelo mundo. No que diz respeito à situação brasileira, verifica-se que a disponibilidade de água é abundante, e apesar de haver uma redução dessa disponibilidade na região semiárida, se compararmos a região semiárida⁵ do Brasil com regiões com condições climáticas semelhantes, podemos observar que as condições de disponibilidade de água são completamente diferentes. Como podemos observar na imagem abaixo, a região semiárida brasileira possui índice per capita entre 4,000 – 10,000 m³/pessoa/ano.

Figura I. Índice de disponibilidade de água per capita (m³/pessoa/ano)



Fonte: [Revenge, C., 2000] in: UN Water, 2006

Apesar das condições hídricas dos países da América Latina estarem entre as mais favoráveis do mundo, como é o caso do Brasil que possui a

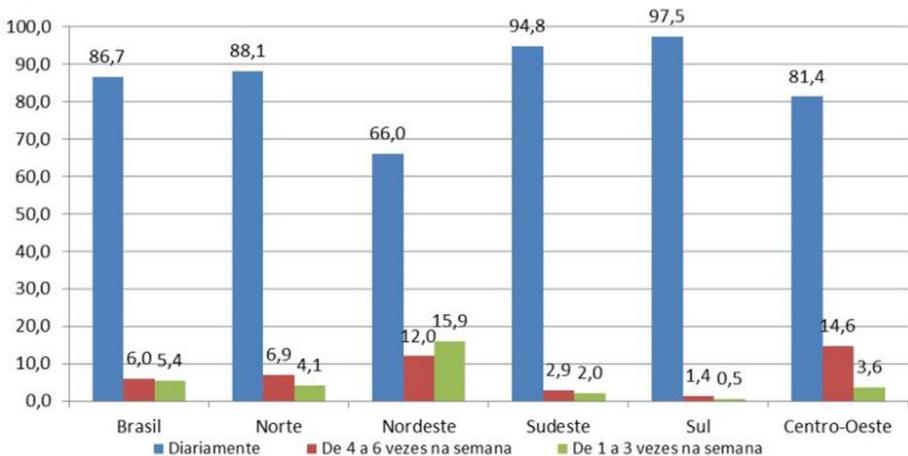
⁵ É uma região semiárida de um tipo muito particular, porque a precipitação pluviométrica é normalmente alta, predominando uma estrutura social muito frágil, dependente diretamente da agricultura (FURTADO, 1998).



maior quantidade de reserva de água doce da América do Sul, possuindo⁶ ainda 11,6% da água doce superficial do mundo o que corresponde a 53% da reserva de água doce de todo o continente Sul-Americano, há regiões do território brasileiro em que a população convive há gerações com a restrição com relação ao acesso à água, como é o caso do semiárido brasileiro.

O problema observado está na forma desigual de distribuição e acesso à água. Segundo estudos da Organização das Nações Unidas, cerca de 10% da população mundial ainda não tem acesso a uma quantidade mínima de água potável para consumo humano. A maior parte delas encontra-se em regiões áridas ou semiáridas, localizadas em países da periferia do capitalismo. No caso brasileiro, essa população encontra-se no nordeste setentrional e segundo Rebolças (2003) são cerca de 11 milhões de brasileiros sem acesso à água limpa para beber.

Gráfico I. Disponibilidade da rede geral de abastecimento de água, por regiões (%)



Fonte: Agência IBGE Notícias⁷.

⁶ Esses dados podem ser verificados no documento: SITUAÇÃO da água no mundo e por regiões. International Press, Tokyo, 17 mar. 2006. Disponível em: www.ipcdigital.com/vernorticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=1516&codPagina=1480&codSecao=369 Acesso em 02 maio 2010.

⁷ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20978-pnad-continua-de-2016-para-2017-centro-oeste-puxa-reducao-no-abastecimento-diario-de-agua-do-pais.html>



Podemos observar no gráfico acima que demonstra a disponibilidade da rede geral de abastecimento de água no Brasil, a existência de uma desigualdade regional com relação ao abastecimento, sendo que 15,9% da população da região nordeste possui baixo índice de abastecimento. Segundo dados do IBGE/PNADC, de 2016 para 2017, o Nordeste registrou o menor percentual no que diz respeito aos domicílios com disponibilidade diária de água, com o percentual de 66,0%, enquanto a região Sul do Brasil compreende o maior índice do país, (97,5%).

Ao observarmos um panorama sobre a situação da água no Brasil, podemos compreender que a abundância de água no território não significa a garantia de acesso à água disponível, mas, sobretudo, essa dificuldade de acesso está relacionada a falta de distribuição e condições de acesso somado a falta de qualidade da água fornecida, principalmente para a população mais pobre.

Sabemos que a questão da água no semiárido brasileiro sempre foi considerada como um entrave ao desenvolvimento da região, por conta dos períodos das longas secas, que ocorrem na região. Esta realidade levou tanto a elaboração de alternativas que consideram as especificidades climáticas da região semiárida com um alto índice de concentração pluviométrica em curtos períodos do ano o que possibilita a utilização e armazenamento dessa água para a utilização em períodos de seca, como é o caso das experiências da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)⁸, mas também o surgimento de alternativas onerosas e de complexa engenharia, que promete segurança hídrica futura para a região, como é o caso da Transposição do rio São

⁸ A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede que propaga, defende e coloca em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político de convivência com o semiárido. É uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil, dentre as quais sindicatos, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, OSCIP, etc. A convivência com o semiárido pressupõe a adoção da cultura do estoque de água para as diversas atividades, desde a utilização doméstica, com o consumo humano, mas também para a dessedentação animal e para a agricultura na produção de alimentos. No início do ano 2000, a ASA desenvolveu seu primeiro programa para o abastecimento de água de beber para a população do semiárido brasileiro, e é a partir dessa iniciativa que nasce o Programa 1 milhão de Cisternas, o qual passou a ser uma política de governo com recursos previstos no Orçamento Geral da União, tendo inclusive o reconhecimento pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) como elemento de segurança hídrica e alimentar.



Francisco, que tem como objetivo levar água a 12 milhões de pessoas que vivem no nordeste setentrional.

A transposição e a população às margens dos canais

Apesar da existência de complexos conflitos sociais decorrentes de interesses divergentes entre diferentes sujeitos, tais como: população tradicional (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, vazanteiros), agricultores, latifundiários, políticos da região, empresários da construção civil, etc; o Governo Federal por meio do Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou o polêmico Projeto de Transposição das águas do rio São Francisco no ano de 2005.

As obras da transposição iniciaram-se no ano de 2007 e constitui-se principalmente na construção do Eixo Leste⁹ e do Eixo Norte¹⁰, na construção de estações de bombeamento e de reservatórios de água. Segundo dados do Ministério da Integração Nacional, este projeto é a maior obra de infraestrutura hídrica do país dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos. Sua extensão deverá chegar a 477 quilômetros somando-se os dois eixos (leste e norte), onde haverá 14 aquedutos, 09 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 09 subestações de 230 quilowatts, 270 quilômetros de linhas de transmissão em alta-tensão e quatro túneis. Toda essa infraestrutura é de responsabilidade do governo federal. Entretanto, os sistemas de distribuição de água deverão ser executados pelos governos dos estados das bacias receptoras, com apoio financeiro federal (SILVA, 2017).

Como podemos observar na figura abaixo, os dois eixos partem da margem esquerda do rio São Francisco, ambos em território pernambucano, pertencente à região do Submédio da Bacia do rio São Francisco. Enquanto o eixo norte é iniciado no município de Cabrobó (PE), passando pelos municípios pernambucanos de Terra Nova, Salgueiro, Verdejante, seguindo até atingir os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. O eixo leste inicia-se no município de Floresta (PE) e compreende um número menor de

⁹ O eixo leste foi inaugurado em março de 2017, o destino principal das águas desse canal é o estado da Paraíba.

¹⁰ Esse eixo teve seu trecho inicial, onde a captação da água no rio acontecerá do escoamento natural da água até a EB1, que é a uma das estações de bombeamento e está situada no município de Cabrobó (PE), inaugurado em 2015, em fase de teste. Esse canal destina-se a levar água para o sertão pernambucano, Ceará e Rio Grande do Norte.



municípios, ainda no estado de Pernambuco atravessa Custódia, Betânia e Sertânia, para em seguida adentrar a Paraíba, chegando ao município de Monteiro.

Figura II. Imagem do desenho dos eixos e adutoras do Projeto de Transposição.



Fonte: REMA Brasil. A transposição do rio São Francisco e os impactos decorrentes dele.

Este projeto prevê ainda que o estado de Pernambuco terá a disponibilidade hídrica aumentada através dos dois eixos e com a construção de adutoras que garantirão o abastecimento hídrico do Agreste e Sertão Pernambucanos, assim como o aumento da garantia hídrica proporcionada pelos reservatórios estaduais de Entremontes e Poço Cruz, que permitirão o aumento da demanda hídrica das bacias dos rios Pajeú e Moxotó numa região que possui 113 municípios e 2,9 milhões de pessoas (BRASIL, 2017).

Cabe ressaltar que além dos dois eixos do projeto terem a captação iniciada no estado de Pernambuco, o mesmo configura-se como o único estado envolvido tanto como doador de águas para a transposição, quanto como receptor das águas a serem transpostas. Para a implantação do



projeto foi necessário que ao longo das margens dos dois canais (eixo leste e eixo norte) ocorressem desapropriações de terras o que acarretou na elaboração de políticas compensatórias através de 38 programas socioambientais destinados a minimizar os impactos da construção desses canais.

Com relação à população que vivia nas proximidades dessa obra, ou seja, a população atingida (e/ou expropriada) pela transposição foi criado o Programa de Reassentamento das Populações, que integra o conjunto dos programas socioambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA)¹¹ do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional¹². Este programa de compensação aos atingidos pela transposição é de responsabilidade (elaboração e execução) do Ministério de Integração Nacional e tem como finalidade reassentar os agricultores (proprietários ou não) em Vilas Produtivas Rurais (VPR).

Esse programa de Reassentamento das Populações realizou a construção de 18 Vilas Produtivas Rurais ao longo das margens dos dois eixos do projeto, onde foram instaladas 845 famílias cadastradas por este programa. Para a realização de tal empreendimento, o Ministério da Integração utilizou dados do Cadastro Fundiário, de Pesquisa Socioeconômica e da Avaliação de Terras e benfeitorias deste programa (BRASIL, 2017). No quadro abaixo, podemos observar a quantidade de

¹¹ As diretrizes gerais e critérios preliminares para a elaboração do Programa de Reassentamento tiveram como base as propostas, conclusões e sugestões apresentadas no Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial – Atingidos por Barragens, instituído pelo decreto s/n de 10/10/2003, publicado no Diário Oficial da União de 13/10/2003 que, por sua vez, nortearam a definição da metodologia e dos procedimentos adotados. O Programa de Reassentamento buscou refletir não só as características socioeconômicas da área, como, sobretudo, o conhecimento das reivindicações e expectativas da população afetada, identificadas nas pesquisas socioeconômicas, nas Audiências Públicas, assim como nas reuniões realizadas durante o processo de elaboração do Programa na atual fase do Projeto Básico Ambiental (Ministério da Integração Nacional. Projeto São Francisco. Programa de Reassentamento das Populações. PBA-08. Brasília – DF, 20---. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA08.pdf/156621fb-b0f0-4c86-ba04-4497c750bca2>).

¹² Nome oficial do Projeto de Transposição das águas do rio São Francisco, atualmente chamado de Projeto São Francisco.



famílias potencialmente beneficiárias deste programa e os estados a que pertencem:

Quadro I. Propriedades e Famílias Afetadas.

Estado	Propriedades Atingidas	Famílias residentes na área desapropriada
Pernambuco	1147	313
Ceará	298	231
Paraíba	444	301
Total	1889	845

Fonte: Quadro elaborado pela autora, baseado em dados do Ministério da Integração Nacional.

Como podemos observar no quadro acima, tanto com relação às propriedades afetadas, quanto com relação às famílias residentes na área desapropriada, o estado de Pernambuco é o mais envolvido, pois é o que mais possui propriedades atingidas e famílias residentes nas áreas desapropriadas. No quadro abaixo podemos observar a disposição no território pernambucano da população envolvida e dispersa em 06 municípios.

Quadro II. Municípios atingidos no estado de Pernambuco

Município	Propriedades Atingidas	Famílias Residentes
Cabrobó	201	43
Salgueiro	268	154
Verdejante	23	07
Floresta	142	12
Custódia	179	14
Sertânia	334	83
Total	1147	313

Fonte: elaborado pela autora, dados do Ministério da Integração Nacional.



município de Sertânia encontra-se a Vila Salão. Como podemos observar na figura abaixo, o esboço da localização dessas Vilas em torno dos respectivos canais da transposição:

Contradições acerca do acesso à água: observações empíricas

86

Realizamos pesquisa de campo junto às oito Vilas Produtivas Rurais localizadas no estado de Pernambuco. Em cada uma delas aplicamos questionário objetivo onde abordamos as seguintes questões: 1) a localidade de origem (situação fundiária, fonte e formas de acesso à água, quantidade e qualidade da água recebida e acesso aos serviços básicos de saúde e educação); 2) O ano em que foram reassentados; 3) A renda familiar atual; 4) Atividades econômicas atuais; 5) Moradia (condições da construção, energia elétrica, fonte de energia para cozinhar, plantio e criação de animais no quintal); 6) Abastecimento de água na vila (quantidade, qualidade, utilização); 7) Saneamento básico na vila (esgoto, resíduos sólidos); 8) Questão fundiária (recebimento das terras previstas no projeto, regularização da documentação); 9) Atividades agropecuárias (produção, acesso aos programas de agricultura familiar); 10) Problemas diversos na VPR (transporte, comércio, violência, roubo, lixo e sujeira, esgoto, falta de asfalto, falta de área de lazer, má qualidade da água, falta de escola, ausência de posto de saúde e problemas para regularização da documentação das terras).

O processo de reassentamento nas Vilas Produtivas Rurais no estado de Pernambuco, iniciou-se em 2010 e finalizou-se em 2015. As experiências nessas vilas de uma forma geral se assemelham, o que nos leva a compreender o processo se deu de forma similar em todas elas, apesar de considerarmos as experiências individuais fundamentais para a compreensão do processo, compreendemos que de uma forma geral as experiências individuais se configuram como elementos reafirmadores de uma dinâmica perversa e violenta que se repete em várias experiências que envolvem a construção de grandes obras hídricas.

Existem diversos problemas que envolvem o reassentamento dos agricultores. O primeiro deles diz respeito a readaptação das famílias que viviam há gerações num mesmo local, seja em pequenas propriedades pertencentes à família, seja em propriedades de outras pessoas, exercendo funções como empregados assalariados, meeiros, arrendatários ou caseiros. Apesar de haver algumas diferenciações entre os agricultores que vem de



uma realidade fundiária em que a terra pertenciam a eles e aqueles que não tinham a posse da terra, de uma forma geral as dificuldades na readaptação a nova realidade, a essa nova forma de viver se assemelha.

Em primeiro lugar, a configuração espacial das vilas, que apesar de serem denominadas rurais, se equipara muito mais a uma organização espacial urbana, onde a proximidade entre os lotes/moradias é muito pequena. Esses lotes que medem 50 X 100 metros (totalizando ½ hectare), estão distribuídos em quarteirões divididos por ruas não pavimentadas, todas as vilas possuem uma praça, um prédio construído para comportar a associação dos moradores, e apesar de estar previsto no projeto original como padrão para as vilas, nem todas possuem o espaço físico da escola e do posto de saúde, como é o caso da Vila Produtiva Rural Captação, localizada no município de Cabrobó e da Vila Produtiva Queimada Grande, localizada no município de Salgueiro. Em todas as vilas, os lotes de produção (área de criação e área irrigada) estão localizados no entorno das vilas, onde a distância entre a moradia dos agricultores e seus lotes de produção variam entre 1 km a 10 km, situação que dificulta tanto a criação de animais, quanto o cultivo nessas terras.

Somando-se aos problemas citados acima, a questão da limitação do abastecimento de água apenas às necessidades humanas impulsiona a descaracterização da organização desses agricultores por impedir o desenvolvimento das atividades rurais, tais como plantio e criação de animais. Na maioria das Vilas o abastecimento de água ainda é realizado por caminhão-pipa com uma frequência de no máximo três vezes na semana. Todas as vilas que são abastecidas por caminhões-pipas enfrentam problemas com a irregularidade no abastecimento de água, portanto, o abastecimento não é regular, fato que compromete o desenvolvimento das atividades do cotidiano da população.

Nessas vilas já são evidentes alguns problemas tanto com relação a quantidade de água disponibilizada, quanto com relação a qualidade da água fornecida. Com relação à quantidade, a limitação do acesso à água, tem desencadeado um processo de conflitos dentro das vilas. Pelo fato da quantidade de água disponível pelo abastecimento semanal não ser suficiente para suprir as necessidades de uso de todas as famílias que vivem nas vilas, os agricultores criam estratégias individuais para garantirem o acesso à água, como a utilização de reservatórios extras como caixas d'água para armazenar uma quantidade maior de água, reduzindo ainda mais a quantidade de água para aqueles que não disponibilizam desse tipo de



armazenamento ou que por estar mais distante do ponto de abastecimento ficam sem fornecimento regular. A distribuição espacial dos lotes nas vilas e a falta de infraestrutura colabora para este problema, pois muitas moradias foram construídas em lotes com relevo em aclave, o que compromete o abastecimento realizado por gravidade, conseqüentemente necessitam de bombeamento da água desde o ponto de abastecimento da vila para que esse recurso natural chegue até as moradias que encontram-se nessas condições. Todas essas situações geram conflitos entre os moradores, pois configuram acesso diferente na quantidade de água entre os moradores das vilas.

Com relação à qualidade da água, em algumas vilas a água fornecida está contaminada com bactérias e vem provocando doenças estomacais e intestinais nos moradores, principalmente crianças e idosos. Em vários relatos os moradores afirmaram que a água muitas vezes chega em suas torneiras com mal cheiro, muito escura. Por causa da má qualidade da água, muitas famílias acabam comprando água mineral para que, pelo menos, os mais vulneráveis (crianças e idosos) não utilizem a água contaminada.

Há ainda famílias perfurando poços artesianos, a maioria não tem poder aquisitivo para tal empreitada, e por isso a forma possível para conseguirem um poço é organizando coletivamente os custos para a perfuração a partir da divisão dos gastos entre as famílias, ou solicitando junto a políticos da região a construção individualizada, o que nos faz remeter a secular indústria da seca.

O programa de reassentamento previa a garantia de um auxílio mensal por família (independente no número de membros) até que cada uma fosse beneficiada com um lote de terra irrigado destinado a produção rural. Esse auxílio foi determinado pelo programa na quantia de um salário mínimo e meio para cada família. Entretanto, no início de 2018, o Governo Federal reduziu esse auxílio para um salário mínimo por família. Apesar dos agricultores terem se organizado para questionar a redução e reivindicar a manutenção do auxílio inicial, a redução do auxílio foi institucionalizada. Ainda com relação a manutenção desse auxílio, cabe destacar que no ano de 2021, entre os meses de janeiro a março, o pagamento do auxílio ficou suspenso, retomando apenas em abril do mesmo ano, o que intensificou ainda mais as condições de vida precárias desses agricultores num contexto da pandemia pela Covid-19.

Para além da precariedade no acesso à água para o consumo humano que já foi tratado, a contradição maior desse programa está na



impossibilidade dessas famílias reassentadas praticarem suas atividades como agricultores, pois não há água disponível para essas atividades. A água fornecida é destinada apenas para as necessidades humanas. Quando existe produção para a subsistência, ela é muito incipiente, o plantio que raramente é feito, ocorre apenas durante o período de chuva nos lotes das moradias. A maior parte dessas famílias foram reassentadas há mais de 10 anos e ainda estão a espera da chegada da água redentora para poderem a lavoura plantar e cultivar, e dessa forma exercerem seu modo de vida como agricultores.

Considerações Finais

Há décadas que a temática sobre a transposição do rio São Francisco é discutida em diferentes espaços da sociedade por diversos atores sociais. Entre 2002 e 2007, esses atores sociais se posicionaram com relação a esse projeto, a grande maioria, ribeirinhos, agricultores, ativistas ambientais, moradores da bacia do rio São Francisco, mas também atores que vivem na região do nordeste setentrional, região receptora das águas da transposição, foram críticos a essa obra, pois compreendiam que grande parte da população dispersa no território, que necessitam de políticas públicas para ter acesso à água não seria efetivamente beneficiada por esse projeto.

Como já exposto,

Desde o Império até os dias de hoje, diversos atores sociais se manifestaram, ora posicionando-se contra, ora a favor, em um processo que envolve opiniões divergentes e, muitas vezes, contraditórias, além de interesses políticos privados e, ao mesmo tempo, a esperança daqueles que veem no rio a possibilidade de sobrevivência (SILVA, 2017: 90).

Além disso, como bem explica Guimarães Jr. (2010), apesar de toda a conjugação de esforços, a garantia do sucesso do projeto da transposição do rio São Francisco está condicionada ao término de todas as obras, principalmente ao desenvolvimento dos projetos em fase embrionária de utilização das águas transpostas e também de sua gestão.

Nesse sentido, cabe destacar que a execução do projeto de responsabilidade do Governo Federal limita-se a construção dos dois canais (Eixo Norte e Eixo Leste) com toda a sua infraestrutura de funcionamento para a captação da água, escoamento e reserva dessa água ao longo dos



dois trechos, entretanto a distribuição da água para a população, depende da iniciativa do poder estadual e municipal que são os responsáveis pela execução dessa fase do projeto, contando com apoio do governo federal.

Como explicamos nesse trabalho, para a realização do projeto de transposição, programas compensatórios foram elaborados e implementados pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Integração, como o Programa de Reassentamento aqui estudado. Nesse contexto compreendemos que esse programa se insere numa perspectiva das políticas públicas que visam à melhoria das condições de vida da população envolvida. Nessa perspectiva, compreendemos que o acesso aos recursos naturais (distribuição hídrica e fundiária) é fundamental para possibilitar o combate às desigualdades sociais e econômicas dessa população e a superação da lógica social, política e econômica da indústria da seca.

Isto posto, compreendemos que as políticas públicas são ferramentas fundamentais numa realidade em que as desigualdades sociais se complexificam, mas que ao mesmo tempo não desconsidera as classes sociais como referência necessária se “quisermos levar em conta a persistência dos mecanismos de dominação social atuais, já que a estratificação social continua a determinar amplamente o acesso diferencial aos bens, às posições de prestígio e poder (ALBUQUERQUE; GENNARI; RODRIGUES, 2012: 17).

Nesse sentido, a efetivação de políticas que visem o acesso à terra e à água dessa população de trabalhadores rurais, visa também interesses contrários aos interesses do capital em que a água é transformada em mercadoria, pois

a maioria das comunidades da bacia do rio São Francisco possui uma ampla visão baseada na ideia de que as águas do rio São Francisco é um elemento vital para a sobrevivência tanto da comunidade quanto da garantia de perpetuação da riqueza natural e cultural relacionada a esse rio (SILVA, 2017: 96).

Segundo Albuquerque; Gennari; Rodrigues (2012:17) no contexto brasileiro, o combate às desigualdades de acesso aos direitos fundamentais e ao serviço público deve ser central nas resoluções dos problemas sociais atuais, quer tenha uma configuração tradicional ou inovadora. E nesse sentido é preciso a compreensão das novas formas de desigualdades, que são mais dinâmicas e mais difusas, e muitas vezes difíceis de serem



identificadas e mensuradas e que são “tanto mais pertinentes quanto se associam a processos disseminados e complexos de exclusão social e simbólica”. Nesse sentido, as políticas públicas exercem papel fundamental diante do agravamento das desigualdades estruturais e à emergência de novas desigualdades, como por exemplo, o acesso aos recursos naturais, sobretudo à água como direito fundamental.

Nesse sentido, apesar da execução desse programa ter avançado de 2010 a 2015, a partir da pesquisa pode-se observar um cenário contraditório a partir de 2016, pois a população atingida pela obra e potencialmente beneficiária da transposição encontra-se em situação de dificuldade no acesso à água e envolvida em conflitos gerados por essa situação de desigualdade. Esses fatos dizem respeito ao não cumprimento dos acordos estabelecidos pelo programa, como o pagamento integral da quantia (renda mensal de um salário e meio) estabelecida pelo Ministério da Integração Nacional no ato da desapropriação das terras dos agricultores, a ausência de documentação de posse das terras recebidas pelos agricultores como indenização, o fornecimento irregular da água para uso doméstico, o não fornecimento de água para a prática da agricultura, a ausência de documentos que comprovem o vínculo dos agricultores com a atividade rural o que impossibilita terem acesso a alguns direitos sociais como, por exemplo, previdência social rural e programas rurais para a produção agrícola e pecuária. Esses fatos nos fazem compreender que tal programa não está cumprindo o caráter de política pública, pois esses agricultores não estão sendo assistidos como foi estabelecido pelo programa, ao contrário estão submetidos a um processo de perdas de direitos, como o acesso à água, à terra e ao trabalho.

Dessa forma, nossa pesquisa contruibuiu para concluirmos que o não cumprimento integral do Programa de Reassentamento das Populações (PBA08) destinado aos agricultores atingidos pela transposição do rio São Francisco decorreu devido à ineficácia da aplicação dessa política pelos Governos Temer e Bolsonaro, somando-se a negligência do Estado Brasileiro que ignorou os compromissos estabelecidos durante os Governos Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2016) após a ascensão de Michel Temer ao poder no ano de 2016 e durante a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022). Tais posicionamentos governamentais contrários a efetivação do PBA08 contribuíram para a manutenção da desigualdade no acesso à água enfrentada pelos agricultores do semiárido nordestino e conseqüentemente favoreceu a ampliação dos problemas sociais nesta região nos últimos anos.



Referências

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento da justiça ambiental. **Estudos Avançados**. 24 (68). São Paulo, 2010.
- ALBUQUERQUE, C. M. P.; GENNARI, A. M.; RODRIGUES, L. Cidadania e Desigualdades: debates críticos nas sociedades contemporâneas. In: GENNARI, A. M.; ALBUQUERQUE, C. M. P. **Políticas públicas e desigualdades sociais: debates e práticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- ARCOVERDE, A. C. B.; ALBUQUERQUE, C.; GENNARI, A. M. **Observatório Luso-Brasileiro de Desigualdades e Políticas Públicas** (ODEPP). In: [Projeto de Implantação], 2017. [mimeo].
- ARCOVERDE, A. C. B.; CHAVES, H. L. A.; LIMA, R. M. C.; GOMES, M. M.; SEVERO, R. R. A escassez de recurso hídrico e a prática educativa do serviço social: diagnóstico sócio-econômico-ambiental do vale do Moxotó no Nordeste Brasileiro. In: **IV Simpósio de Hidrologia do Nordeste. XII Encontro Nacional de Perfuradores de Poços**. Olinda (PE), 14-17 outubro 2001.
- ARCOVERDE, A. C. B. Avaliação de Políticas Públicas – Elemento Estratégico de Gestão da Coisa Pública. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis MA, 25 a 28 agosto 2009.
- ARCOVERDE, A. C. B. Serviço Social e Questão Social na Globalização. **Serviço Social & Realidade**. Franca, v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008.
- BORDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1996.
- CAMPOS, J. N. B e STUDART, T. M. C. Secas no Nordeste Brasil: origens, causas e soluções. In: **Anais do IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas**. Foz do Iguaçu, 2001.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/beneficios>. Acesso em: 18 jan. 2015.
- FURTADO, C. **Seca e Poder**: entrevista com Celso Furtado. Entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- GENNARI, A. M.; SILVA, A. C. A. B da. Globalização, nova pobreza e destruição ambiental na América Latina. In: **Anais do XXVII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología. Buenos Aires, 2009.



- GUIMARÃES Júnior, J. A. O destino dos canais da transposição do rio São Francisco. In: ZINCLAIR, J. **O rio São Francisco e as águas do Sertão**. Campinas – São Paulo: SILVAMARTS, 2010.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Projeto São Francisco. **Programa de Reassentamento das Populações**. PBA-08. Brasília – DF, 20--.
Disponível em:
<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3675235/PBA08.pdf/156621fb-b0f0-4c86-ba04-4497c750bca2>
- REBOUÇAS, A. Água no Brasil: abundância, desperdício e escassez". **BAHIA ANÁLISE & DADOS**. Salvador, v. 13, n. ESPECIAL, p. 341-345, 2003
- SILVA, A. C. A. B da. A transposição das águas do Rio São Francisco: interesses e conflitos. In: **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, 2011. Disponível em:
http://ead2.fgv/ls5/centro_rec/docs/a_transposicao_das_aguas_rio.pdf
- SILVA, A. C. A. B. da. **As águas do rio São Francisco**: disputas, conflitos e representações do mundo rural. Campinas, 2017. [Tese_Unicamp].
- SILVA, A. C. A. B. da. Desigualdade Social e Meio Ambiente: a necessidade do reconhecimento da água como direito humano. In: GENNARI, A. M.; ALBUQUERQUE, C. M. P. **Políticas públicas e desigualdades sociais**: debates e práticas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**: Questões Metodológicas Emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

Recebido em 29 out. 2022 | aceite em 19 dez. 2022

